

ANTUNES, Maria de Fatima Nunes¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir e compreender acerca do contexto de inclusão dos alunos que possuem a Síndrome de DOWN, bem como, discorrer sem a pretensão de exaurir sobre o assunto o que é essa síndrome e as apontar de acordo com o estudo realizado as principais características do sujeito que a possui (HERNÁNDEZ, 1997; SOUZA, 2007). O percurso metodológico do trabalho definiu-se por meio de pesquisa bibliográfica, através de artigos, sites eletrônicos, tais como: Biblioteca Digital da Unicamp, Biblioteca Nacional Digital, Portal de Periódicos da Capes, Domínio Público e no portal da SCIELO Brasil – *Scientific Electronic Library Online*. Além de revistas de ordem de publicações acadêmico-científicas onde estudiosos abordam o tema. O estudo mostra que o universo da criança com a síndrome de Down é cercado de muitas implicações, mas possível de mudanças, quando bem trabalhado. Assim este indivíduo tornará autônomo em diversas tarefas principalmente quando se trata das atividades do cotidiano, tais como: tomar banho, vestir-se, pentear-se, ir ao banheiro sozinha, memorizar o trajeto escolar até a sua residência, etc., estas independências citadas, é de muita relevância para ingressar no ensino fundamental. A pesquisa desvela certa fragilidade na organização escolar para o atendimento adequado dos estudantes com síndrome de Down, apontando a necessidade de melhoria nas condições físicas das unidades, bem como no acervo de materiais e recursos didáticos pedagógicos necessários e específicos a este atendimento, sobretudo reorganização e mais investimento na formação continuada dos professores para atendimento desses alunos.

Palavras-chave: Formação docente. Síndrome de Down. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990, o processo de inclusão de alunos com deficiência tem se tornado uma realidade vivenciada pela escola de ensino regular em todo o país, ainda que possível de críticas ao modo que a educação inclusiva vem ocorrendo nas unidades escolares de todo país (BEZERRA, 2002). Vale ressaltar que a cada dia almeja-se uma realidade diferente com esses educandos, para que possa ser tratado igualmente aos demais sem preconceito pela sociedade. Para tanto, tem-se como objetivos levantar informações e identificar o que é a Síndrome de DOWN e suas principais características e apontar como trabalhar com as diferenças.

Para a efetivação deste trabalho foram realizadas leituras direcionadas de autores que

¹ Professora Licenciada em Pedagogia e Matemática e Bacharel em Ciências Contábeis, Especialista em Educação Especial e Infantil, atuando na Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso e Professora Tutora do curso de Ciências Contábeis na Universidade UNEMAT. <apaefatimanc@hotmail.com>.

conceituam a Síndrome de Down e suas características e o seu processo de aprendizagem e inclusão no ensino regular. Assim, destacam-se as características da criança com a Síndrome de Down e a aceitação da família e escola. Em seguida, discorre-se sobre a inclusão na sala regular e as metodologias de ensino efetivamente utilizadas com a criança com Síndrome de Down. Por esta toada, o segundo tópico do desenvolvimento do trabalho aborda sugestões de metodologias para o trato educacional com o discente com esta deficiência e as perspectivas, tanto da família como do professor, no ensino aprendizagem do aluno. E por fim não poderia deixar de mencionar a formação docente, assunto este de total relevância para obtenção de uma educação efetivamente inclusiva e estável.

Utilizou se de leituras bibliográficas de autores que tratam desta temática, entre eles pode-se destacar: Brasil (2001); Catafesta (2013); Castro e Freitas (2008) ; Ciciliato (2010); Danielski (2001); Souza (2012); Pinto (2008) Sampedro, Blasco, Hernández (1997); Tonini e Costas (2008); Mantoan e Prieto (2006); Mendes (2004); Voivodic (2007); Vygotsky (1998); os quais deram embasamento teórico para sustentar o tema escolhido.

As leituras apontam que desenvolvimento da criança com Síndrome de Down é mais lento depende muito dos estímulos do meio onde ele está inserido, independente das diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos assegurando uma educação de qualidade a todos, levando assim a valorizar a diversidade e o desenvolvimento pessoal e social de aceitação e respeito, e valorização das diferenças para uma educação inclusiva de qualidade para todos. O processo de inclusão tem alcançado alguns avanços se comparado ao passado, mas não tão distante, porém precisa caminhar mais ainda para viver em uma sociedade mais justa. Para que isso se torne realidade será necessário que aconteça mudanças, como por exemplo, a capacitação dos profissionais da rede regular, que ainda a maioria não estão capacitados para atender os mesmos.

A inclusão só existirá quando todos se empenharem em realizar um trabalho humano e acolhedor, pois ao incluirmos estamos valorizando a diferença do outro. Sendo que a mesma não é favor e nem uma troca, mas sim saber conviver com a diferença do outro. Isso é um dever de todos.

A Síndrome de Down “é uma alteração genética, caracterizada pela presença de um cromossomo a mais no par 23, chamado de trissomia”. (GONZÁLES, 2007 apud DAISY, 2007, p. 46).

Segundo a Ciciliato (2010) foi o médico John Langdon que relatou as características destas síndromes em algumas crianças com atraso intelectual pode ocorrer de três formas a trissomia simples, translocação cromossômica, mosaicismo.

A trissomia simples, em que todas as células possuem 47 cromossomos, é a forma mais comum e representa cerca de 90% dos casos. Na translocação cromossômica extra do par 21 fica unidos a um cromossomo de outro par. Já no mosaicismo ocorre um erro na distribuição dos cromossomos na segunda ou terceira divisão celular. Neste caso o número normal de cromossomos, podendo se dividir normalmente, porém num momento determinado uma das células se divide anormalmente, tendo como resultado uma célula com 47 cromossomos e outra com 45, diagnóstico este feito pelo estudo do cromossomo cariotípico (GONZÁLES, 2007).

Segundo Voivodic (2007) o cariotípico corresponde à identidade genética do ser humano e por meio de um exame conhecido como cardiograma que se é possível obtê-lo. A partir de uma ultrassonografia, também é possível ter o diagnóstico da Síndrome de Down vendo a dobra ou espessura da nuca.

Para que a família possa se prevenir antes de ter um filho com esta deficiência, é necessário ter algumas informações importantes, antes da gravidez, pelo fato que a mesma é uma doença que não possui cura.

Existem então três aspectos considerados preventivos: idade da mãe, aconselhamento genético e amniocentese. Se após certa idade materna há um risco de a criança nascer com síndrome de Down, a prevenção seria informar a mãe acerca deste risco. Outro aspecto é o aconselhamento genético, no qual é realizada uma análise cromossômica para saber sobre uma futura descendência familiar, e, por fim, a amniocentese, que é um método precoce realizado em caso de já haver um filho com síndrome de Down, em mulheres com idade superior aos 40 anos ou se um dos pais possuírem trissomia por translocação. Neste método se extrai entre 15-20 ml do líquido amniótico entre o quarto e o quinto mês de gravidez, mais especificamente entre a décima quarta e a décima nona semana para descobrir se o feto apresenta ou não anomalia cromossômica (CATAFESTA, 2013, p. 26).

Pertinente a esse método existem problemas morais e religiosos, segundo (LAMBERT, 1982, apud SAMPEDRO; BLASCO; HERNÁNDEZ, 1997, p. 230) “O conhecimento do feto com síndrome tem apenas a função de poder interromper a gravidez”. Este método só serve para descobrir a anomalia e não para combater ela antes do nascimento, por esta razão algumas religiões e grupos de pessoas são contrárias a ideia de romper a gravidez. Acredita-se que esse método precoce serve para preparar a família desde a gestação até o nascimento da criança para recebê-la com carinho e amor, contribuindo assim de forma mais significativa no seu

desenvolvimento intelectual e social.

O comportamento e o desenvolvimento com síndrome de Down dependem muito dos estímulos que recebe do meio onde está inserida.

Não existe nenhum manual que expresse as possibilidades de desenvolvimento de qualquer criança [...] cada criança é um ser único que pode ter mais ou menos dificuldades de se adequar ao mundo [...] os estímulos e a atenção adequada e dispensada a essas crianças desde o nascimento podem fazer com que os mesmos superem as expectativas do desenvolvimento. (COSTA, 2011, p.44).

Sabe-se da necessidade e urgência de se enfrentar o desafio da inclusão escolar, e colocar em ação os meios pelos quais ela verdadeiramente se concretiza, por isso temos que recuperar o tempo perdido, e promover uma reforma estrutural e organizacional de nossas escolas. Ao conservadorismo e comodismo dessas instituições, precisa responder com novas propostas, que demonstra a nossa capacidade de nos mobilizar para pôr fim ao protecionismo, ao paternalismo e a todos os argumentos que pretendem justificar a incapacidade de fazer jus ao que todo e qualquer aluno merece.

A escola é capaz de oferecer-lhe condições de troca de conhecimento e aprendizagem com os alunos especiais e os ditos normais, respeitando e valorizando as diferenças do mundo e de si mesmo, fazendo assim a uma inclusão de forma mais efetiva.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 As características da criança com a Síndrome de Down e a aceitação da família e escola

Está-se vivendo um momento histórico onde acontece e existem grandes diferenças entre as pessoas e a sociedade atravessando assim diversas fases referentes às práticas sociais, entre tantas filosofias, houve-se transformações tecnológicas, culturais e novas concepções de ensino, é preciso que continue assim para que haja a inclusão efetiva na escola e na sociedade.

A necessidade de inserir a integração social do indivíduo com necessidades especiais em primeiro lugar é da família porque a adaptação do aluno com necessidades especiais a primeira base quem constrói é a família depois a instituição e a sociedade.

A família deve investigar como a escola desenvolve o trabalho e como é conduzida, é importante que a escola inclusiva prepare os alunos para a convivência harmoniosa e respeitosa

uns com os outros para que haja a inclusão social, para que seja verdadeira, é preciso uma educação que:

[...] respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças. (SOUZA, 2012, p. 05, *apud*, GIL, 2005, p.18).

Portanto não é só os docentes estar preparados, mas é preciso que a escola tenha uma estrutura adequada para receber esses alunos deficientes e a maioria dos professores não estão preparados é necessário todo prefeito.

[...] não adianta colocar a criança na sala de aula se não houver prefeito institucional e pessoal do professor [...] a criança deve estar preparada para aquele grupo ao qual vai estar inserida e vice e versa. A verdadeira inclusão não é simplesmente matricular um aluno numa sala de aula, mas sim verificar singularidades as formações e tensões neste grupo, investigar a evolução e construção dos diferentes papéis de cada um vai assumindo na relação com seus parceiros. (SOUZA, 2012, p. 06, *apud*, SOUZA *etii ali*, 2007, p.15).

Para que haja boa inclusão é necessário valorizar, respeitar a diversidade dos seres humanos. E além de respeitar as diferenças é preciso saber identificar as características mais frequentes sobre a síndrome de Down:

A cabeça é menor que o normal, O nariz é pequeno e com a parte superior achatada. Os olhos são ligeiramente rasgados com uma pequena prega de pele nos cantos anteriores. As orelhas e a boca são pequenas. A língua é do tamanho normal, mas em consequência da pequenez da boca associada ao baixo tônus musculares da criança, pode sair ligeiramente da boca. Os dentes são pequenos e muitas vezes malformados e mal implantados, podem faltar alguns dentes. O pescoço é tipicamente curto. As mãos são pequenas com dedos curtos. Frequentemente a mão apresenta uma só prega palmar ao invés de duas, e o dedo mindinho pode ser um pouco mais curto do que o normal e ter apenas duas falanges. A parte superior do dedo mindinho está frequentemente curvada na direção dos outros dedos da mão. Os pés podem apresentar um ligeiro espaço entre o primeiro e o segundo dedo, com um pequeno sulco entre eles na planta do pé. A pele aparece ligeiramente arroxeadas e tende a tornar-se seca à medida que a criança cresce. Os cabelos são finos, relativamente ralos e lisos (*apud* SAMPEDRO, BLASCO, HERNÁNDEZ, 1997, p. 227).

Portanto as crianças com a Síndrome de Down mostram ao final da infância obesidade e altura abaixo da média em relação as demais pessoas, fator este que é relevante, orientar acerca dos cuidados com a alimentação.

Segundo a Danielski, (2001) a Síndrome de Down provoca um atraso no indivíduo em relação ao tempo no que diz respeito ao desenvolvimento motor, psicomotor, de linguagem e da simbolização. Contudo, se ele for bem trabalhado desde o início, atingirá bom desenvolvimento, autonomia e também participação consciente na sociedade. Para que isso se concretize com sucesso, algumas medidas precisam ser tomadas principalmente ao se tratar da atitude dos pais ao

receberem a notícia de que o filho tem síndrome de Down, pois os primeiros passos da vida da criança com essa anomalia é de suma importância, que os responsáveis tenham maior cuidado na educação intelectual e a interação social para não causar maiores danos nas próximas fases, estudo demonstra que uma vez rompida na infância terá mais dificuldade para recuperar algo que foi afetado.

Entretanto é importante ressaltar que as crianças especiais, requer a mesma necessidade da outra criança, bem como: carinho, amor e segurança. Todavia, os pais têm a sua própria personalidade e o modo de agir diante das situações apresentadas, levando a aceitação de imediato ou não. A partir do momento que os mesmos ficam sabendo da existência da Síndrome de Down, bate o desespero, com sentimentos de culpados, tem o filho como um castigo, uma "cruz" a carregar, pensamentos estes de preconceitos e errôneos, considerando que nunca mais serão felizes, ainda tendo os olhos que o seu filho sempre estará com a boca aberta e babando o tempo todo.

Ao relatar as reações dos pais, percebe-se em Drotar (1975) e seus colaboradores quando cita Casarin (1999) encontrado em Voivodic (2007) as cinco etapas de reação dos pais quanto a notícia do nascimento de um filho com síndrome de Down:

Reação de choque, onde as primeiras imagens que os pais formam da criança são baseadas nos significados anteriormente atribuídos à deficiência; Negação da síndrome tentando acreditar num possível erro de diagnóstico, associando traços da síndrome a traços familiares. Esta fase pode ajudar no primeiro momento, levando os pais a tratar da criança de forma mais natural, mas quando se prolonga compromete o relacionamento com a criança real; Reação emocional intensa. Nesta fase, a certeza do diagnóstico gera emoção e sentimentos diversos: tristeza pela perda do bebê imaginado, raiva, ansiedade, insegurança pelo desconhecido, impotência diante da situação insustentável; A ansiedade e a insegurança diminuem. As reações do bebê ajudam a compreender melhor a situação, já que não é tão estranho e diferente quanto os pais pensavam no início. Começa a existir uma possibilidade de ligação afetiva; evolue a reorganização da família [...] Para conseguir se reorganizar, os pais devem ressignificar a deficiência e encontrar algumas respostas para suas dúvidas" (VOIVODIC, 2007, p. 51).

Estas ações dos responsáveis não contribuem para o desenvolvimento de forma natural da criança, leva-as a não confiança em si mesmo e ao seu redor. Sendo assim, ela deixará de evoluir as suas potencialidades, ficando inferior já de primeira instância. Entretanto, não existe um método para educar a criança especial, mas uma coisa é clara, quanto mais ela for aceita em seu meio, maior será o seu progresso em todos os aspectos.

Porém os pais de crianças com Síndrome de Down se esforça para que seus filhos se desenvolvam e cresçam e quando isto acontece, sem perceber que já cresceram, continuam em

geral tratando – os como se fossem crianças.

[...] Antes de conhecer uma pessoa, atribuímos conceitos que muitas vezes descriminalizam sua personalidade, antes mesmo de convivermos com ela ou conhecermos suas habilidades. [...] o meu filhinho já foi discriminado várias vezes e vai continuar sendo, tenho consciência disso, porque nossa sociedade é altamente desinformada. (PINTO, 2008, p.131).

A afirmação desta mãe só confirma que olhando o problema de frente e deixando o emocional de lado, grande parte da discriminação da sociedade com essas pessoas é por falta de informação, pois na maioria das vezes só buscamos conhecer sobre o assunto quando nos deparamos com ele. Assim, a criança especial passa a ser vista com outros olhos, não mais com olhar de preconceito ou de pena.

2.2 Inclusão na sala regular e as metodologias de ensino

A inclusão não é somente um acesso, mas também um processo que ocorre muitas mudanças. Com ela, os professores, que sempre tiveram a visão de uma escola de alunos perfeitos, bonitinhos, sendo todos iguais e perfeitos, agora percebe-se que cada criança tem a sua individualidade e que nenhuma pessoa é perfeita e igual a outra. Sobre essa diferença entre as crianças e da igualdade de oportunidades, González (2007) relata:

A igualdade de oportunidades não significa tratar todas as pessoas da mesma maneira. As crianças não são iguais e não deveriam ser tratadas como se fossem. Uma vez que as crianças são diferentes umas das outras, devem ser tratadas de forma diferente para alcançarem às mesmas metas (CASTRO; FREITAS, 2008, p. 65).

A criança com Síndrome de Down mesmo frequentando a sala de aula regular, em hipótese nenhuma será igual à outra, pois cada ser possui a sua particularidade, cultura, e pertence ao grupo chamado família.

Segundo Voivodic (2007) o cariótipo corresponde à identidade genética do ser humano e por meio de um exame conhecido como cardiograma que se é possível obtê-lo a educação da criança com SD, portanto abrange desde a estimulação essencial, passando pela educação ministrada na escola, até chegar ao treinamento profissionalizante visando a sua inserção num trabalho produtivo dentro de um ambiente menos restritivo possível. O seu aprendizado é mais lento eles demoram mais para compreender os números, as letras, porém sua capacidade e compreensão são iguais de uma pessoa normal.

Perante a estes pressupostos, a criança com SD pode continuar a mudar e a facilitar o seu caminho a partir do momento em que ela passa a ser incluída de forma correta junto aos demais

alunos, no sentido etimológico dessa palavra, significa segundo (BORDENAVE, 1987, apud VOIVODIC, 2007, p.26) “[...] compreender, fazer parte de, participar de”., conceito este que terá que ficar bem claro aos educadores, ao receber este aluno é necessário inclui-lo de fato, proporcionando a inclusão com os alunos da sala regular.

Diante a inserção deste aluno na sala regular, o professor irá criar possibilidades para que o processo de aprendizagem da criança com a Síndrome de Down seja eficiente e de acordo com as limitações do educando, respeitando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Como relata a autora Danielski (2001), alguns fatores são pontuados como importantes para a aprendizagem: a maturidade biológica; a motivação e a transferência. A maturidade biológica, diz respeito à capacidade da criança, não deve haver cobranças para além de sua capacidade. A motivação não poderá deixar de existir, lembrando que não é recomendado ser exacerbada, mas é preciso existir, levando entender a importância dos conteúdos que está sendo ensinado. E por fim, a transferência, levando a perceber se os temas estudados poderá servir ou não para o momento ou posteriormente ou impossibilitará o aprendizado.

Antes da entrada no ensino fundamental é de extrema relevância que a criança tenha adquirido maturação na questão da autonomia, cuidado de si, controle de esfíncteres, já tenha iniciado a aprendizagem na questão da comunicação, compreensão da expressão, na educação da sua motricidade, de seus movimentos e dos sentidos. Para que isso aconteça da melhor maneira possível e com melhores resultados o Down precisa estar em meio a crianças sem essa anomalia. A inserção dessa criança em uma pré-escola seria de fundamental importância para contribuir para a sua maturação (SAMPEDRO, BLASCO; HERNÁNDEZ, 1997).

A partir do momento que a criança adquiriu uma certa independência, esta adquirida na convivência com as demais crianças ao longo da vida escolar e sociedade, será mais autônoma em diversas tarefas principalmente quando se trata das atividades do cotidiano, bem como tomar banho, vestir-se, pentear-se , ir ao banheiro sozinha, memorizar o caminho da escola até a sua residência, etc., estas independências citadas, é de muita relevância para ingressar no ensino fundamental.

Para que o aluno possa sentir-se a vontade, é necessário o professor ter um cuidado maior quando se fala da palavra "atenção", pois a criança possui este déficit, demora mais para processar qualquer informação. Diante este fator é preciso criar estratégias para melhorar a atenção dos alunos,

Simplicidade do ambiente de trabalho e, portanto, ausência de estímulos propiciadores da dispersão; as instruções verbais devem ser claras e concisas, acompanhadas por um modelo de ação se necessário; O nível de exigência deve estar adaptado as suas possibilidades, tanto no referente à dificuldade da tarefa como ao tempo necessário para a sua execução. Começar-se-á com tarefas curtas, modificando progressivamente o tempo necessário para realizar; é necessário dispor de um amplo repertório de atividades. Desta maneira poderemos mudar frequentemente de tarefa, evitando o desinteresse e possibilitando a generalização dos processos de atenção a situações diversas. Também é conveniente, para que a criança não se canse, intercalar tarefas com diferentes níveis de exigências e interesse; recompensar os esforços e êxitos da criança (SAMPEDRO; BLASCO; HERNÁNDEZ, 1997, p. 239).

Na verdade, esta falta de atenção está relacionada à memória, por este motivo, é preciso que o professor faça o seu plano de aula, usando como critérios que todos os conteúdos possam ser passados através do uso de imagens e ludicidade/concreto, pois a criança não consegue se orientar pelo abstrato. Danielski (2001) mostra que a memória das crianças com Down é afetada em longo prazo. Ela possui um déficit nesta área que dificulta a elaboração de conceitos. Outra dificuldade está no não acúmulo de informações na memória curta, que não lhe permite reter grandes frases, mas somente algumas palavras. Estes empecilhos contribuem para o atraso da linguagem que é um dos fatores mais importantes para que a criança possa se comunicar e desta forma criar sua própria autonomia e interagir com o meio social.

Para que o ensino da criança com deficiência mental seja desenvolvido é necessário que seja transformada acerca dessa realidade. O ensino deve ter objetivos bem definidos, e uma intenção de expandir o seu desenvolvimento, porém não existe uma receita pronta para ensinar de acordo com:

Não existem “receitas” prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada aluno é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre. (HONORA; FRIZANCO, 2008, p. 10)

Entretanto, ninguém aprende sozinho, mas sim pela mediação e interação que é estabelecida com outras pessoas. Entende-se por mediação a interposição de um signo entre o sujeito e objeto de conhecimento, sempre com o auxílio de outro ser humano (VYGOTSKY, 1998).

Segundo Tonini e Costas (2008), o deficiente mental tem grande dificuldade na questão do pensamento abstrato, então cabe à escola utilizar-se de diversas estratégias que possibilitem o desenvolvimento dessas capacidades. Eles nos mostram alguns exemplos de atividades que possam facilitar esse desenvolvimento: [...] ”atividades ao ar livre que envolva observações,

comparações, uso de todos os aspectos sensoriais e mais além adquirem significações e são realizadas de modo alegre e proveitoso” (TONINI; COSTAS, 2008, p. 108).

O professor tem um papel importante no processo da mediação no ensino aprendizagem na sala regular e na escola, levando as crianças a interagir com a criança Síndrome de Down, possibilitando trocas de experiências, questionamentos, até mesmo modelos de conduta que auxiliam o desenvolvimento da criança, por isso, a defesa da inclusão escolar.

2.3 A importância da formação docente no processo da inclusão

Quando fala em inclusão, logo se depara com a formação dos professores que irá atender uma determinada deficiência na sala regular, bem como Síndrome de Down, Deficiência Visual entre outras, preocupação esta, já garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme o art.58: “III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Observa-se diante da lei citada que nem todos os docentes estão qualificados para atender os alunos especiais, problema este que não cabe apenas ao professor buscar solução, mas também ao Sistema de Ensino tendo a obrigação de incumbir com essa realidade, nesse sentido, Mantoan e Prieto (2006, p.57) considera que:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades especiais.

Além de ser uma responsabilidade dos Sistemas de Ensino há ainda a garantia dessa qualificação nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB) existem também, ressalvas feitas à formação adequada de seus professores. Recomenda se, ainda, que as escolas disponham de um arcabouço de recursos materiais, pedagógicos e humanos para que consigam promover uma educação de qualidade a seus alunos especiais.

Conforme a resolução CNE/CEB nº 2 (2001) ela prescreve passo a passo sobre a formação dos docentes que irão atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, na

rede regular de ensino. Entende-se, assim, que todo professor que irá assumir uma sala de aula deverá possuir uma formação profissional direcionada para a diversidade de seu discente.

Compreende-se que o profissional que irá ministrar sua aula já possua uma capacitação diferenciada, ou seja, específica para atender a deficiência encontrada entre os demais alunos, pois ele deve ser qualificado para responder as necessidades diferenciadas de seus alunos, para propor situações de ensino aprendizagem para todos:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227)

As práticas pedagógicas advinda da política da inclusão escolar refere-se à aula ministrada do professor no cotidiano na sala regular com alunos com necessidades educacionais especiais, é ainda um assunto muito recente em nosso País. Por esta razão é preciso estar sempre socializando estas práticas, para serem possam ser avaliadas e monitoradas, podendo através de análise propor mudanças nos indicadores que não deram certos, e os que alcançaram o sucesso socializar com os demais profissionais da área.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste terceiro milênio, o Brasil experimentou avanços sociais significativos traduzidos em políticas públicas de um Estado que se mostrou sensível, a toda ordem de movimentos reivindicativos da sociedade civil, em vários aspectos.

Na Educação, tais avanços têm seu marco legal, compromissos assumidos, desde a última Constituição em 1988. Neste contexto de ampliação de vagas na Escola Pública Básica da melhoria das condições de acesso e permanência de estudantes, de variados grupos socioeconômicos, diferentes matizes culturais, etc., é que surge e se evidencia a pauta da Educação Inclusiva, para o atendimento de alunos com características tida “especiais”.

Nesta tendência em curso, a escola se viu responsabilizada a incluir crianças com síndrome de Down e, no chão da escola, estabelecer práticas interação social oportunizam crianças com tais características, terem sua oportunidade, integrar-se nas escolas, para além dos guetos que são as APAEs e toda ordem de instituições filantrópicas com esta finalidade. O efeito desta reivindicação social transformou-se em política pública, em busca de acolher e dar suporte a crianças com toda ordem de anomalias.

Aos poucos as mudanças vêm ocorrendo em nossos sistemas de ensino, a sociedade prepara para uma convivência mais harmoniosa e social a respeito da inclusão social de pessoas com deficiência mental em geral e, especificamente os casos de síndrome de Down, onde as famílias, já mais conscientizadas, também tem tido sua parcela de participação assim como a sociedade como ficou aqui demonstrado nas diversas publicações a respeito.

É imperativa a necessidade de superação da ignorância básica acerca do que é e de como tratar a questão do Down, no âmbito das relações sociais e no chão da escola, mediante o reconhecimento de que provêm de alterações cromossômicas ou genéticas com características específicas, para que haja mudanças substanciais é preciso contribuir com conhecimento, valorizar, oportunizar, incluir, respeitar as diversidades perante a sociedade.

Destarte, dentre os principais empecilhos para a inclusão da criança com Síndrome de Down a pesquisa aponta para a falta de estrutura das escolas recursos adequada para se trabalhar com esses educandos, formação adequada dos educadores e também a ausência de investimento por parte do Estado.

Os passos para a inclusão efetiva são muitos, desde a retomada de investimento na educação especial inclusiva, para dar suporte à política que procurou esvaziar as APAES, incluído os estudantes especiais em geral, na Rede Pública de Educação Básica, o que pressupõe foco e direcionamento na formação (inicial e continuada) dos educadores, buscando a devida reestruturação curricular nos cursos de licenciatura em geral e especialmente no curso de Pedagogia.

Ademais, a pesquisa aqui revela certa fragilidade na logística das escolas, para este atendimento adequado dos estudantes com síndrome de Down, o que pressupõe a necessidade de melhor gerir as condições físicas das unidades escolares, bem como seu acervo de materiais e recursos didáticos pedagógicos necessários e específicos a este atendimento.

Em suma, se faz necessário que as políticas públicas traduzam em ações mais efetivas e ousadas entre outros aspectos que devem ser repensados. Estamos no caminho para a verdadeira e efetiva inclusão de todos os alunos. Porém ainda temos um longo trajeto a percorrer para melhor desenvolvimento da criança com síndrome de Down também é importante que a família esteja sempre presente em sua vida. Assim facilita nos aspectos físicos, psicológicos, social, cultural e cognitivo

da

criança.

INCLUSIVE EDUCATION: children's Inclusion with Down Syndrome in regular school

ABSTRACT

This article aims to discuss and understand the inclusion context of students who have DOWN Syndrome, as well as, to discourse without the pretension of exhausting on the subject what this syndrome is and to point out according to the study the main characteristics of the subject that owns it (Hernández, 1997; Souza, 2007). The methodological course of the work was defined by bibliographical research, through articles, electronic websites, such as: Unicamp Digital Library, National Digital Library, Capes Periodicals Portal, Public Domain and in the portal of SCIELO Brazil – Scientific Electronic Library Online. Besides academic-scientific publications in magazines where scholars approach the subject, the study shows that the child universe with Down syndrome is surrounded by many implications but with possible changes when well worked. Thus this individual will become autonomous in several tasks mainly when it comes to daily activities, such as: taking a shower, dressing, combing, going to the bathroom, memorizing the way to school, etc., these quoted independence, is great relevance for entering elementary school. The research reveals certain fragility in the school organization for the adequate attendance the Down syndrome students, pointing out the need for improvement in the physical conditions of the units, as well as in the collection of materials and pedagogical didactic resources necessary and specific to this service, especially reorganization and more investment in the teachers' training to attend these students.

Keywords: Teacher training. Down Syndrome. Inclusion.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001. Disponível em <
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/res2.txt>> Acesso em: 22 out. 2017.

CATAFESTA, Jéssica Aparecida Jung. Educação escolar da criança com síndrome de down.
Disponível em:
http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4322/1/md_edumte_2014_2_44.pdf. Acesso em: 23 nov. 2017.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; FREITAS, Soraia Napoléao. As representações dos professores de alunos com síndrome de Down incluídos nas classes comuns de ensino regular. In: FREITAS, Soraia Napoleão (org.). **Tendências Contemporâneas de inclusão.** Santa Maria: ed. da UFSM, 2008, p. 49-76.

CICILIATO, Mariane Nardezi. Caracterização das habilidades simbólicas de crianças com síndrome de Down. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151680342010000300016. Acesso em: 23 nov. 2017.

DANIELSKI, Vanderlei. Síndrome de Down: uma contribuição à habilitação da criança Down.
2. ed. São Paulo: ed. Ave Maria, 2001.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **O direito das pessoas com deficiência à educação.** Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15675-15676-1-PB.pdf/> Acesso em: 17 nov.2017.

GONZÁLEZ, Eugênio. **A educação Especial:** conceito e dados históricos In: (coord.) **Necessidades Educacionais Específicas.** Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007 p. 17-46.

HONORA Marcia.; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva.** Barueri: Ciranda Cultural, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglé. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo – SP, Ed. Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim (org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MENDES, Enicéia Goncalves. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar.** In: MENDES, Enicéia Goncalves; ALMEIDA, Maria Amelia ; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. **Temas em educação especial: avanços recentes.** São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

NASCIMENTO, Luciana Monteiro do; SILVEIRA, Tatiana dos Santos. **Educação Inclusiva** Uniasselvi, Indaial- SC, 2012.

PINTO, Nilcéia Frausino da Silva. **Síndrome de Down o amor de uma mãe vencendo os obstáculos e quebrando paradigmas,** Editora EGM. Alta Floresta-MT, p.131, 2008.

SAMPEDRO, Maria Fernandes; BLASCO, Glória Gonzalez; HERNÁNDEZ, Fernando. A criança com síndrome de Down. In. BAUTISTA, Rafael. **Necessidades educativas especiais.** Lisboa: Dinalivro, 1997, p. 225 – 248.

SOUSA, Raimunda de; MILANE, Tatiane de Moura, RODRIGUES, Patrícia. **Crianças com Síndrome de Down nas Séries Iniciais,** 2012.

TONINI, Andréa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as contribuições de Vygotski para a compreensão da diferença. In. FREITAS, Soraia Napoleão (org.). **Tendência contemporânea de inclusão.** Santa Maria: ed. da UFSM, 2008, p. 91 – 112.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down.** Petrópolis: Vozes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semyonovic. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.